

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003094-02.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Depósito - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Itaucard S/A**
 Requerido: **ANTONIO CARLOS DA SILVA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

BANCO ITAUCARD S/A ajuizou ação em face de **ANTONIO CARLOS DA SILVA**, amparado no Decreto-lei nº 911/69, pedindo a busca e apreensão do veículo descrito na petição inicial, objeto de contrato de alienação fiduciária, fundamentando seu pleito no fato da inadimplência do réu, que não pagou as prestações prometidas.

Deferiu-se a medida liminar, não cumprida em razão da não localização do veículo.

O autor pediu a conversão em ação de depósito. Deferido o requerimento, o réu foi citado e não contestou a ação.

É o relatório.**Fundamento e decidido.**

O réu se submete ao contrato de abertura de crédito para financiamento, com ônus de alienação fiduciária. Deixou de pagar as prestações prometidas, incidindo em mora. Não há pedido de purgação da mora e não se trata de cobrança do saldo devedor contratual, motivos pelos quais é desproposado discutir o montante da dívida e as parcelas que a integram. Importa é notar a inexistência de controvérsia quanto à relação contratual.

O réu tem obrigação de entregar a coisa ou o equivalente em dinheiro, nos termos da legislação especial. Mas descabe a cominação de prisão, conforme súmula vinculante nº 25 do E. Supremo Tribunal Federal: "*É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito*".

Diante do exposto, **acolho o pedido** e determino a expedição de mandado para a entrega, em vinte e quatro horas, do bem ou do equivalente em dinheiro, excluída a cominação da prisão do devedor fiduciário.

Na impossibilidade de localização do bem objeto da ação de depósito prosseguirá com a execução de quantia certa (CPC, artigo 906). O prosseguimento, no entanto, considera que a obrigação do devedor, nesse tipo de ação, não vai além do valor da coisa, se inferior ao da dívida, do que resulta que se lhe faculta a opção menos onerosa (TJSP, ap.c/ Ver. Nº 1145674-0/8, Rel. Des. Celso Pimentel, j. 29.04/2008).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Condeno o réu, ANTONIO CARLOS DA SILVA, ao pagamento das custas processuais e dos honorários profissionais do patrono do autor, estimados em 10% do valor da causa, corrigido desde a data do ajuizamento.

P.R.I.C.

São Carlos, 02 de setembro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**